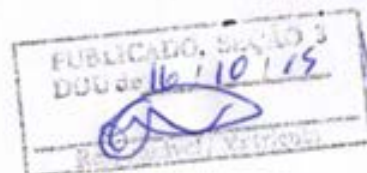


**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**TERMO DE CONTRATO Nº 30/2015**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 30/2015, QUE FAZEM ENTRE SI  
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA  
RODOVIÁRIA FEDERAL E A EMPRESA  
INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA**

A União, por intermédio do(a) DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, com sede no(a) SPO, Quadra 03, lote 5, Complexo Sede da PRF, na cidade de Brasília-DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0104-41, neste ato representado(a) pelo(a) Coordenador-Geral de Administração, Marcelo Aparecido Moreno, nomeado(a) pela Portaria nº 3.741 de 16 de dezembro de 2004 e Portaria 96, de 17 de fevereiro de 2004, publicada no DOU de 17 de fevereiro de 2004, inscrito(a) no CPF sob o nº 017.208.089-45 portador(a) da Carteira de Identidade nº 235.506.217 SSP/SP doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) EMPRESA INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.682.187/0001-04, sediado(a) na SCRS 514 BLOCO C ENT 49 – SL – ASA SUL, em BRASÍLIA/DF doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. (a) HEVERTON LOPES FERREIRA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1.787.122, expedida pela (o) SSP/DF, e CPF nº 844.636.431-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 08650.003.024/2014-81 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 010/2015, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Apoio ao Gerenciamento de Projetos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:
- 1.4.

Item	Descrição	UST	Valor Unitário	Valor total
1	Apoio ao Gerenciamento de Projetos	23.660	R\$ 71,30	R\$ 1.686.958,00

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 13/10/15 e encerramento em 12/10/16, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$1.686.958,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais)
- 3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
- 3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:



Gestão/Unidade: 1

Fonte: 0374020197

Programa de Trabalho: 06122211220000001

Elemento de Despesa: 33.90.35

PI: ADM1DGX

- 4.2. Para cobrir a presente despesa, foi emitida Nota de Empenho de nº. 2015NE800647.
- 4.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.
- 
- 



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

$$I = I = (TX)$$

$$I = I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = I = 0,00016438$$

T TX = Percentual da taxa anual =  
6%.

## **6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE**

- 6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) ou outro que venha a substituí-lo para o cálculo do reajuste, tomando-se como índice inicial vigente no mês ao da apresentação da proposta e o índice final vigente no mês do reajuste devido.
- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 84.347,90 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete e noventa centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**8. CLÁUSULA OITAVA -REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. A tabela seguinte apresenta o prazo máximo de execução para cada etapa:

PRAZO	AÇÕES A SEREM TOMADAS	RESPONSÁVEIS
-----	Assinatura do Contrato.	CONTRATANTE e CONTRATADA
5 (cinco) dias após assinatura do Contrato	Reunião Inicial: – A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA o status inicial dos projetos, a fim de subsidiar o diagnóstico a ser realizado pela CONTRATADA. – Apresentação formal do Gestor do contrato e do Preposto da CONTRATADA.	CONTRATANTE e CONTRATADA
Até 30 (trinta) dias após a Reunião Inicial	Entrega dos currículos e respectivas comprovações dos profissionais que integrarão a equipe e apresentação do sistema de monitoramento e controle de Ordens de Serviços	CONTRATADA
5 (cinco) dias após a entrega dos currículos	Validação das documentações comprobatórias relativas às qualificações técnicas profissionais apresentadas pela CONTRATADA. Em caso de rejeição de algum currículo, a CONTRATADA terá o prazo de até 5 dias úteis para sanar os vícios apontados ou apresentar novo perfil, não impactando no início oficial da prestação do serviço.	CONTRATANTE e CONTRATADA
Até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato	– Assinatura do Termo de Confidencialidade – Início oficial da prestação de serviços.	CONTRATADA

8.2. Salienta-se que os prazos mencionados acima serão contados em dias corridos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- b) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- c) Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- d) Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;
- e) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- f) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- g) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- h) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- m) Executar o objeto em perfeitas condições, conforme proposta apresentada e exigências contidas no Edital e anexos.
- n) Utilizar, bem como ofertar, ferramenta(s) de gerenciamento de projetos, conforme estabelecido no Item 8 deste Termo de Referência.
- o) Corrigir as eventuais inconsistências em até 5 dias após comunicação, compreendendo substituições e correções necessárias durante o prazo de vigência do contrato, sem ônus para a contratante.
- p) Responder, em até 2 dias as solicitações da CONTRATANTE, mediante telefone, e-mail ou site a serem fornecidos, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas quando à prestação dos serviços.
- q) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- r) Atender prontamente qualquer exigência do representante da Polícia Rodoviária Federal inerente ao objeto do contrato;
- s) Comunicar à Polícia Rodoviária Federal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- t) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte;

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

- u) Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- v) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Polícia Rodoviária Federal;
- w) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante.
- x) Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- y) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, existentes ao tempo da contratação ou por vir, resultantes da execução do contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.

## **9.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a comprovação da prestação dos serviços no prazo estabelecido no Edital.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato na forma estipulada pela Lei 8.666/93 e alterações.
- c) Rejeitar o objeto quando não atender aos requisitos constantes nas especificações do Termo de Referência.
- d) Indicar fiscal/comissão de recebimento, constituída por servidores da CONTRATANTE.
- e) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- f) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, quem:

- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não manter a proposta.
- 10.1.7. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória conforme descrito abaixo:

I – Até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

II – Do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,3% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

III – Do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

10.3.1. Multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. Impedimento de licitar e contratar com a união com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:



10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - DPRF**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS**

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.


**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília-DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... 13 de outubro ..... de 2015.

  
MARCELO APARECIDO MORENO  
Coordenação-Geral de Administração

  
Heverton L. Ferreira  
Sócio Diretor  
INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES  
HEVERTON LOPES FERREIRA  
Representante Legal

TESTEMUNHAS: